

Negociação emperrada

21 MAR 1991

Até a semana passada, como comentamos em editorial na segunda-feira, havia um clima de moderado otimismo quanto à possibilidade de, em poucos dias, se chegar a um acordo preliminar na negociação da dívida externa brasileira, envolvendo o pagamento dos juros atrasados. Esse clima sofreu brusca mudança nos últimos dias, a ponto de a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello — que, na quarta-feira passada, admitia estar muito próximo o entendimento —, considerar que um acordo com os banqueiros não será fechado nem nesta semana nem neste mês.

Na semana passada, tanto o governo brasileiro como os representantes dos credores deram passos no sentido de reduzir a distância que separa suas propostas referentes ao pagamento dos juros atrasados. Esperava-se que essa distância fosse reduzida ainda mais, de modo a se chegar rapidamente a uma fórmula aceitável pelas duas partes, no que se refere ao pagamento inicial e às condições para o refinanciamento do restante dos juros vencidos, que, na sexta-feira passada, totalizavam US\$ 9,1 bilhões. A partir daí se discutiria a dívida principal.

Havia a expectativa de que a Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc), órgão norte-americano encarregado de avaliar os riscos dos financiamentos externos concedidos pelos bancos dos EUA, rebaixasse a classificação dos empréstimos feitos ao Brasil. Isso colocaria o governo brasileiro claramente na condição de cliente não confiável e obrigaria os bancos a lançar de 15% a 30% dos empréstimos concedidos ao Brasil como prejuízo. Para evitar a decisão do Icerc, ambos os lados procurariam o entendimento.

Mas as 21 instituições com assento no comitê de assessoramento dos bancos credores têm interesses diferentes. A decisão do Icerc afetaria alguns bancos norte-americanos que não fizeram reservas suficientes para cobrir um prejuízo potencial com a dívida brasileira — nessa situação encontram-se o Citi-

bank e o Manufacturers Hanover, entre os maiores credores —, mas não teria nenhuma influência no resultado de outros que já lançaram mais de 75% dos créditos concedidos ao Brasil como prejuízo. Entre estes últimos estaria o Morgan Guarantee Trust. Enquanto aqueles querem um acordo rápido, estes preferem um acordo mais vantajoso, ainda que mais demorado. Ademais, uma decisão do Icerc pode ser inteiramente ignorada por bancos de outros países. Isso, de fato, parece estar ocorrendo, pois, pelo que se informa, credores alemães e japoneses estão entre os que oferecem as maiores resistências à concessão de mais vantagens do Brasil.

O principal negociador brasileiro, Jório Dauster, não vê mudanças no ambiente de negociação em Nova York e diz que “tudo está indo normalmente”. Num certo sentido, ele tem razão. Se lembrarmos que, em outubro, o governo brasileiro apresentou uma proposta rejeitada imediatamente pelos credores — porque baseava-se num conceito de capacidade de pagamento inaceitável pelos banqueiros — e, desde então, pouco fez objetivamente para fazer avançar as negociações, é “normal” que o acordo continue distante.

Embora tenha feito pequenas concessões — como aceitar discutir preliminarmente a questão dos juros vencidos, oferecendo um pagamento inicial e desvinculando essa questão da negociação do principal —, em cinco meses de reuniões com os credores o governo ainda não avançou o suficiente.

Em recente entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse que o Itamaraty abandonou a política do terceiro-mundismo, não tanto por ela ser reprovável mas sobretudo por ser ineficaz. Ao que parece, essa filosofia ainda não atingiu a área econômica do governo, que insiste em retardar o momento em que o capital internacional possa interessar-se novamente pelo Brasil.